

O passado e o futuro do Museu de Arqueologia Martins Sarmento

Helena Ribeiro de ABREU

A elaboração da presente comunicação baseia-se na dissertação de Mestrado por nós apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que teve como principal objectivo propor uma solução para os grandes problemas com que se debate o Museu de Arqueologia Martins Sarmento. Como se poderá observar na primeira parte, através das descrições do Museu, e também pelas fotografias apresentadas, as carências são enormes e vão desde os problemas ambientais até ao discurso expositivo, que se encontra ultrapassado. A urgência de um novo discurso museológico é um aspecto que se torna evidente a qualquer visitante.

A museologia e o papel dos museus numa comunidade são temas que se revestem da maior actualidade. Não é possível pensar-se em termos culturais sem pensarmos nos museus e no papel que exercem na sociedade. Longe vão os tempos em que eram vistos como mausoléus, locais que impunham uma postura de admiração, quase de reverência, perante uma obra de arte. Eram espaços eruditos, dedicados a um pequeno leque de especialistas ou curiosos iluminados. Hoje o museu está humanizado, tornou-se um local de lazer, onde é agradável passar uma tarde em família. Acima de tudo, a museologia reflecte a evolução das mentalidades, que se tornam mais abertas, mais reivindicativas e exigentes. O objectos não são apenas exibidos, mas também interpretados e contextualizados. Dá-se importância à sua proveniência, já que não vivem só por si, mas de toda a sua história, da cultura que representam e do papel que possam ter desempenhado.

“The museum constitutes a formidable model of civic membership, a ritual of social identification, in short, a technology of the subject”, afirmou Didier Maleuvre¹. Através do estudo da história da museologia podemos observar as evoluções sociais operadas na sociedade, podemos acompanhar grandes revoluções, manifestações sociais e evoluções estéticas.

É essa evolução que se quer para um dos museus mais antigos do nosso país.

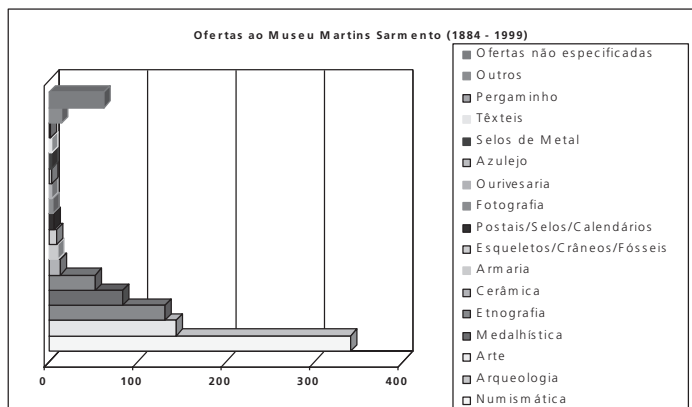
¹ Cf. MALEUVRE, Didier, *Museum Memories*, Stanford University Press, Stanford, California, 1999, p. 3.

A CRIAÇÃO DO MUSEU E DA SUA COLEÇÃO

O avanço das pesquisas arqueológicas em Portugal na segunda metade do século XIX fez surgir o interesse pelas origens remotas da identidade nacional. Este facto conduziu naturalmente à existência de museus (espaços que então rareavam no nosso país), dada a necessidade de instalar e dispor os materiais encontrados nas escavações efectuadas. A criação do Museu de Arqueologia Martins Sarmento insere-se nesta linha de acção. A ideia original remonta a 4 de Maio de 1884, quando, numa reunião da direcção da Sociedade, se deliberou “formar na casa da Sociedade um depósito de objectos archeológicos que possam obter-se por empréstimo ou aquisição definitiva”².

Embora se destinasse inicialmente à exposição de peças de Arqueologia e Numismática, o museu estava receptivo a doações de qualquer outra espécie. Nas décadas que se seguiram, recebeu ofertas das mais variadas tipologias, entre as quais predominavam as peças de Numismática, de Arqueologia, de Arte (englobam-se aqui pinturas, esculturas e desenhos), de Medalhística e de Etnografia. O gráfico que se segue ilustra o volume de doações ao Museu (ver Gráfico 1).

Gráfico 1



Fonte: Livro de Registo de Doações e Revista de Guimarães, vol. 1 a 99

Para além de valiosos objectos arqueológicos e numismáticos, surgem outros curiosos como um lustre que restou do incêndio de Teatro Baquet, no Porto, esqueletos de animais, matérias orgânicas.

No Gráfico 2 podemos observar a evolução das ofertas ao longo dos tempos. Após um grande incremento do número de doações entre 1884 e 1900, perde-se o registo de novas peças. Entre 1914 e 1920, a Sociedade passa por um período de algumas dificuldades a vários níveis, inclusivamente administrativas, que leva à suspensão da publicação da *Revista de Guimarães*. A ausência de registos referentes às doações nesta época sugere duas leituras: por um lado pode ser sinónimo de falta de interesse por parte dos sócios, que começam a afastar-se da Instituição; por outro, pode significar

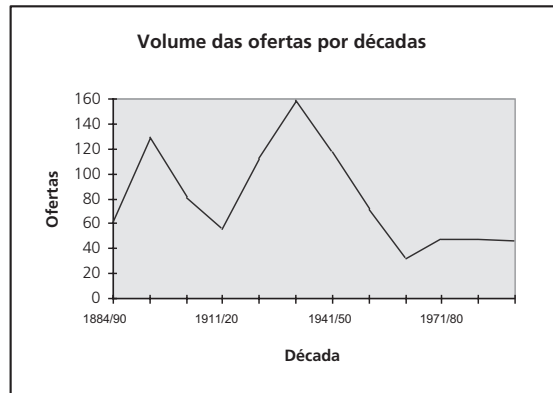
² Cf. Segundo Livro de Actas da Direcção da Sociedade Martins Sarmento, fl. 3.

que a falta de organização e também de meios financeiros que se terá vivido nessa época, possa ter provocado a faltas de registo das ofertas.

A partir de 1921 é bem visível nos documentos um novo impulso nas actividades da Casa. Surge o livro de registo de peças do Museu (até aí inexistente) e retoma-se a publicação da *Revista*. Há, também, nos anos que se seguem, doações consideráveis, que atingiram o seu máximo no final da década de trinta. Depois a linha cai vertiginosamente para valores quase irrisórios, quando comparados com os anos anteriores. Isto significará, provavelmente, um desinteresse por parte da população em geral e dos sócios em particular, já que esta quebra é simultânea ao número de visitantes a este Museu, que igualmente diminui.

No total, foram contabilizadas 920 doações.

Gráfico 2



Fonte: *Livro de Registo de Doações e Revista de Guimarães*, vol. 1 a 99.

Das várias ofertas recebidas ao longo dos tempos, podemos destacar como mais significativas as de Francisco Martins Sarmiento (responsáveis pelo impulso inicial do Museu) e, mais tarde, em Janeiro de 1907, a de D. Delfina Cardoso Bellino, viúva do arqueólogo Albano Bellino, composta por vários objectos da colecção do seu falecido marido (as restantes peças que lhe tinham pertencido recolheram ao Museu Etnológico de Belém).

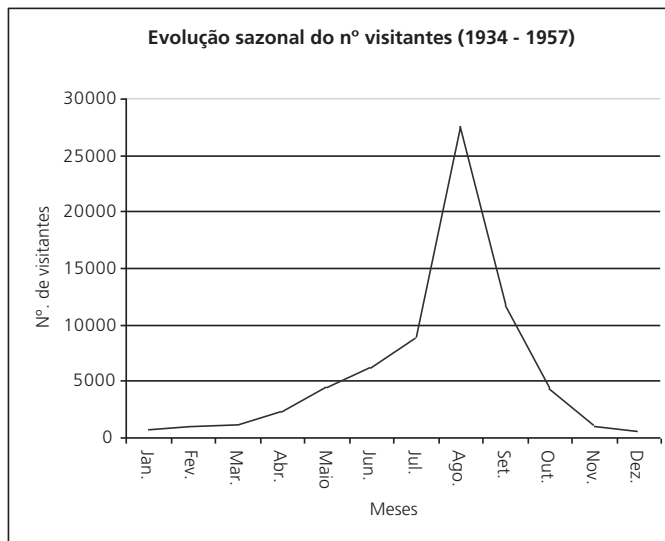
O Público

Outro aspecto interessante a focar é o do público e da sua adesão ao Museu. Existem estatísticas realizadas desde 1934, publicadas com regularidade na *Revista de Guimarães*. Uma análise cuidadosa destes dados permite-nos tirar várias conclusões.

Quanto à sazonalidade dos visitantes, esta pode ser estudada em determinados períodos de tempo, quando as estatísticas eram feitas mensalmente. Através do Gráfico 3, pode-se concluir que, entre os anos 1934 e 1957, era no decurso dos meses de Verão, sobretudo em Agosto, que o público mais procurava o Museu. Coincidia com períodos de férias e de algum turismo que afluiria à cidade. Mais tarde, entre 1966 e 1968, esta tendência modifica-se. Pelo Gráfico 4 pode-se observar que o volume de visitantes atingia em dois meses números elevados, quando comparados com o resto do ano: o

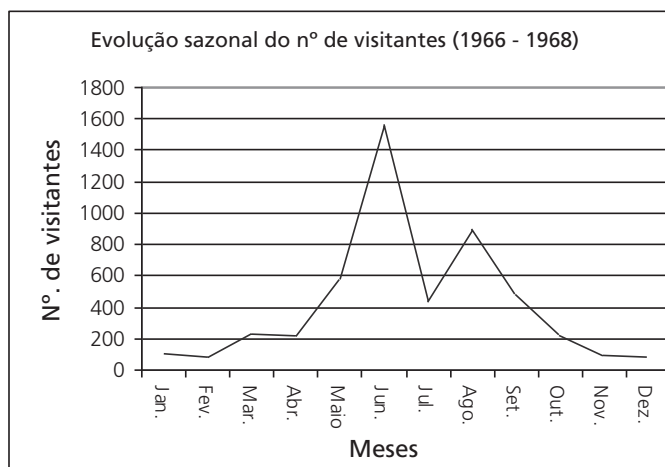
maior em Junho, certamente devido a visitas escolares, e outro em Agosto, motivado provavelmente pelo aumento do afluxo turístico, como já foi referido para o período anterior.

Gráfico 3



Fonte: Revista de Guimarães, vol. 44 a 67

Gráfico 4

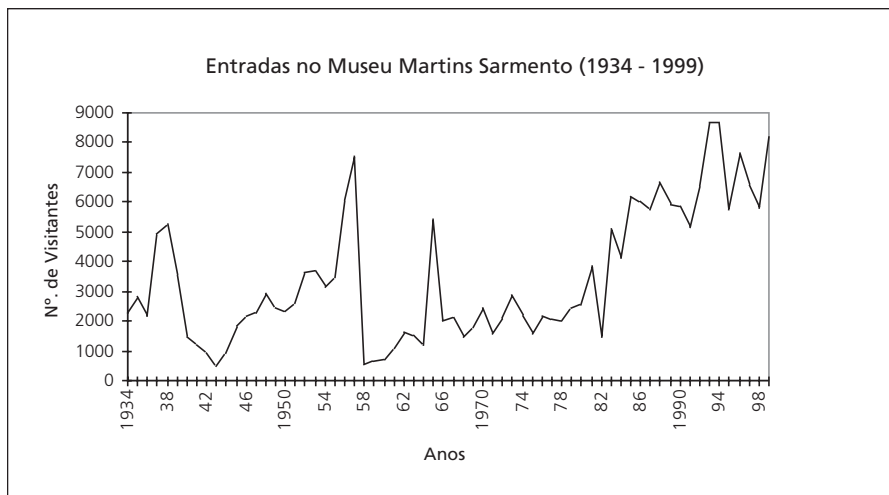


Fonte: Revista de Guimarães, vol. 76 a 78.

No que a números anuais diz respeito, verifica-se que, apesar de inicialmente bastante visitado, como se pode verificar pelo Gráfico 5, o número de entradas desce vertiginosamente a partir de 1938, atingindo, em 1943, o seu nível mais baixo: apenas 481 pessoas visitaram nesse ano o Museu. Esses anos coincidiram com um período de

menor actividade da Sociedade. Mas estes valores acabam por ser invertidos - treze anos depois atinge-se um número de visitantes até aí nunca imaginado: 7540. Este seria, por sua vez, um período em que a Instituição gozava de uma maior actividade e poder económico, o que permitiu que, no ano de 1958, se recommencessem as tão esperadas obras no edifício para aumentar o espaço, que já se sentia escasso. E é por esta razão que, nos seis anos que se seguem, o número de visitantes ao museu baixe drasticamente, já que só eram permitidas visitas a título excepcional. No ano que se segue ao fim das obras (1965), o número de visitantes é bastante elevado, mas, já no ano seguinte, começa um período bastante fraco em termos de procura por parte dos visitantes.

Gráfico 5



Fonte: *Revista de Guimarães*, vol. 54 a 95 e *Estatísticas de visitantes* – Arquivo da S. M. S.

O que terá levado as pessoas a deixarem de visitar a Sociedade e o seu Museu? Várias hipóteses podem ser colocadas. Em primeiro lugar, provavelmente o tipo de exposição tivesse deixado de ser apelativo, ou até a monotonia causada pela não rotação de peças condicionaria a escassa procura por parte do público. Em 1978 é feita uma pequena remodelação no Museu de Arqueologia e Numismática ³, mas nem assim o aumento do número de visitantes se torna significativo. Uma segunda hipótese reside no facto de este não ser o único museu da cidade. Existiam, ao tempo, mais dois: o Museu Alberto Sampaio (desde 1931) e o Paço dos Duques de Bragança (que abriu ao público em 1959), que poderão ter absorvido uma grande parte do público, nomeadamente o escolar, ao Museu Martins Sarmento. O Paço dos Duques constituiria, nessa época, um forte pólo de atracção, não só pela novidade, mas também por todo o imaginário que lhe está associado.

³ Cf. GUIMARÃES, Francisco José Salgado, *O Museu de Arqueologia Martins Sarmento*, "Revista de Guimarães", Vol. LXVIII, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1978, pp. 401 - 420.

Para além destes factores, vivia-se na sociedade portuguesa uma crise económica e social que se arrastava desde o período da Guerra. Na sua passagem por Lisboa em 1940, Antoine de Saint-Exupéry descreve a capital portuguesa como “uma espécie de paraíso claro e triste”⁴. Era uma cidade que aparentava felicidade e tranquilidade, que procurava mostrar ao mundo as suas riquezas e posses territoriais espalhadas pelo mundo, mas com o receio de uma invasão que forçasse o país a entrar naquele sangrento conflito bélico. A localização geográfica de Portugal tornava o país numa importante via de entrada de materiais na Europa, tanto para as forças alemãs, como para as aliadas. A dependência externa em combustíveis, matérias-primas industriais, bens alimentares e outros produtos essenciais tornou-se num sério problema para a economia nacional, levando ao racionamento desses bens⁵. A população era incitada a aproveitar todo o terreno para cultivar, numa tentativa de se alcançar a auto-suficiência.

Com o final da Guerra, a situação económica da população melhorou um pouco. A emigração para países devastados pela Guerra que procuravam urgentemente a reconstrução tornou-se numa solução para muitas famílias, que fugiam às fracas condições de vida em busca de locais onde poderiam levar uma vida mais confortável. A Alemanha e França foram os países mais escolhidos. Portugal perde, assim, uma parte considerável da sua população activa, o que compromete o seu já tímido desenvolvimento.

Todas estas dificuldades acabam por se fazer sentir nas actividades culturais. O regime ditatorial não apoia os artistas nacionais que sejam contra o poder vigente, obrigando muitos ao exílio. A população, sempre incitada à poupança, abdica de participar em actividades culturais. O Estado não investe significativamente na educação do povo. Todos estes factores foram quase fatais para os museus, e essa falta de público espelha-se nos escassos números de visitantes apresentados pela Sociedade Martins Sarmiento.

A revolução de Abril de 1974 não marcou, por si só, uma viragem nesta tendência. Entrou-se num período de forte contestação social, em que o interesse pela história do país era frequentemente confundida com ideias de retrocesso ao período político anterior. Uma população não habituada a visitar museus, encara estes espaços como locais elitistas, passivos e burgueses, que deviam ser combatidos.

Só na década seguinte, com o fortalecimento do regime democrático, o início da estabilidade económica e o aumento do poder de compra da população, é que os museus começam a ganhar novos públicos e a aumentar consideravelmente o número de visitantes, como, aliás, é possível acompanhar através das estatísticas elaboradas pelo Museu Martins Sarmiento, sendo este crescendo perfeitamente notório na década de 90, quando se atinge o número de 8 700 visitantes.

É de toda a conveniência ir ao encontro do público, conseguir transmitir-lhe uma mensagem, fazer com que goste de visitar o Museu e que deseje voltar. Urge a aplicação de novos métodos museológicos, não só ao nível de exposição permanente,

⁴ Cf SAINT-EXUPÉRY, Antoine de, “O Portugal de 1940, um «paraíso triste»”, *História Contemporânea de Portugal*, (dir. João Medina), ed. Multilar, Lisboa, 1990.

⁵ Cf. ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da guerra: a primeira crise séria do regime (1940 – 1949)”, *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. 7, Círculo de Leitores, s/l, 1994, pp. 322 e ss.

mas também no que concerne a actividades que se podem desenvolver neste espaço que chamem o público e que demonstrem que o conteúdo do museu não se esgota numa única visita. Impõe-se uma reestruturação cuidadosa da exposição, reduzindo, de um modo significativo, o número de peças expostas, fazendo-se a selecção criteriosa dos objectos. Tudo isto aliado a um bom programa de exposições temporárias, de publicação de estudos, poderá atrair pessoas que já visitaram o museu e que não tentariam repetir a visita se a presente exposição se mantivesse.

O Museu e o Espaço

O primitivo museu da Sociedade Martins Sarmento sofria do grande problema de exiguidade de espaço. A falta de uma sede própria não permitia instalar o Museu e a Biblioteca com o mínimo de condições que facilitassem a sua visita ou consulta. Apesar desses condicionalismos, não deixava de se expor na sua sede alguns exemplares que se iam obtendo, ao mesmo tempo que se procurava um local onde se pudesse construir a casa que funcionaria como instalação definitiva, só ficou garantida após a licença para ocupação do extinto Convento de S. Domingos, em 1888.

No ano seguinte, Martins Sarmento estudou, juntamente com José Sampaio e Domingos Leite de Castro, o projecto museológico. A solução adoptada consistiu na construção de um espaço fechado que ocuparia três alas da galeria superior do claustro gótico do séc. XIV do extinto convento (ver foto n.º 1). A obra foi entregue ao Engenheiro Inácio de Menezes⁶, iniciando-se os trabalhos em Maio de 1890⁷. Os quase cinco anos que se seguiram foram o tempo necessário para a obra e montagem do Museu. Todos estes encargos, bem como as primeiras estantes, foram custeados pelo patrono da Instituição⁸. As obras foram acompanhadas pelo próprio Francisco Martins Sarmento, bem como por Domingos Leite de Castro e José Sampaio (ligados à fundação da Sociedade), que se ocuparam seguidamente da exposição do Museu.

Dado o elevado número de peças de que a Sociedade dispunha em 1895, os mentores do projecto viram-se obrigados a cindir em três núcleos as colecções existentes. Assim, o primeiro compreendia as



Foto n.º 1 - Exterior do Museu

⁶ Cf. CARDOZO, Mário, *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento - I - Secção Lapidar e Escultura*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1935, pp. XII a XIII.

⁷ Cf. *Idem*, pp. XII - XIII.

⁸ Há registos da intenção de pagamento de duas parcelas de 100\$000 rs. a Martins Sarmento: a primeira em 15 de Abril de 1890 e a segunda em 1 de Maio de 1891 (cf. *Livro de Actas de Reuniões*, fls. 78 vº e 92). O restante foi totalmente custeado pelo Arqueólogo, que deixou em testamento à Sociedade, entre outros bens, toda a importância em dinheiro que esta instituição lhe devesse.

peças mais pequenas, como machados, fragmentos de vasos, fíbulas, alfinetes de bronze, objectos cortantes, etc., e foram expostos no primeiro andar do claustro, mantendo-os quase todos guardados em expositores. O segundo núcleo, ainda neste piso, era formado pela colecção de numismática. Por último, as peças líticas de maior volume (na sua quase totalidade de granito) foram exibidas na galeria do rés-do-chão do claustro, por se tratar de peças mais resistentes às intempéries e de difícil (ou mesmo impossível) furto.

As vitrinas para expor as peças (ver fot. 2) eram de dois modelos: ou altas, que se adossavam às paredes, aproveitando os espaços laterais, ou dentro de uma tipologia de mesa coberta com uma estrutura de madeira e vidro, colocada no centro da galeria, permitindo a observação por vários ângulos. Foram adquiridas pela Sociedade mercê de uma dádiva de 100\$000 rs. de Martins Sarmento, em Maio de 1893⁹. Podemos caracterizar estes móveis como amplos e de grande área de observação, com uma estrutura de madeira reduzida ao mínimo (como podemos verificar nas fotos n.ºs. 3 e 4), os quais permitem albergar um grande número de peças (não raras vezes superior a cem), mas dificultavam a sua leitura englobante. Por outro lado, há pequenas peças que acabam por não ter a merecida visibilidade, já que não se encontram individualizadas (ver fot. 5, 6 e 7).

O exíguo espaço das galerias é mais sensível no rés-do-chão, onde as peças, de maior vulto, chegam quase a sobrepor-se, perdendo a sua imponência e brilho.

Foi em tais condições, as melhores possíveis para a época, que o *Museu de Arqueologia e Numismática da Sociedade Martins Sarmento* abriu as portas em 9 de Março de 1895, data em que o patrono da instituição completava 62 anos de idade. A grande receptividade deste novo Museu por parte da comunidade notou-se, entre outros aspectos, pelo constante e crescente volume de ofertas. O próprio Francisco Martins Sarmento que doara, por várias vezes, peças que adquirira ou recolhera em escavações,



Foto n.º 2 - Vista do Museu



Foto n.º 3 e 4 - Vitrines

⁹ Cf. *Segundo Livro de Actas de Reuniões*, fl. 26.

ofereceu, em Novembro de 1897, a *Pedra Formosa*¹⁰ (ver fot. 8), transformada mais tarde no *ex-libris* da Sociedade; tendo ainda cedido, em Maio de 1898, dois monumentos pré-históricos¹¹. Face ao aumento das colecções, e à exiguidade do espaço para expor, Martins Sarmiento propôs, em Maio de 1896, a aquisição de novos expositores, o que se viria a concretizar. Na reunião da direcção de 1 de Junho desse ano decidiu-se pela sua compra, já “que o estado financeiro da Sociedade é um pouco mais desafogado”¹².



Foto n.º 5, 6 e 7 - Pequenos objectos

Se o aumento das doações enriquecia o Museu, a tentativa de mostrar o maior número possível de peças acabava por prejudicar a exposição. Todavia, esta forma de expôr ia de encontro aos intuitos dos responsáveis. Considerava-se ser cientificamente útil para o visitante observar a grande diversidade de peças existentes, o que o engrandeceria em termos culturais, mostrando-se também a riqueza da Instituição.

A ideia de abrangência não colide, de forma alguma, com a noção de organização. Com a diversificação das ofertas levanta-se a hipótese de criação de novas áreas de exposição de diferente tipologia, designadas frequentemente de “museus”. Na reunião extraordinária da Direcção de 29 de Maio de 1899 foram apresentadas duas propostas: uma para a criação de um Museu Industrial (ideia defendida desde 1885, após a realização da Exposição Industrial de Guimarães, promovida pela Sociedade Martins Sarmiento, e que se prendia com o projecto de Instrução Popular), que é adiada, e uma

outra proposta para a criação de um Museu Colonial¹³.

Esta última sugestão é bastante bem sustentada por Domingos de Souza Júnior em 1899 (director dos Museus na época). Atendendo aos “objectos gentílicos” existentes nos Museus, considera que atendendo ao interesse que se sente pelas colónias, visível pela emigração que se faz sentir para aquelas terras, a melhor forma de espalhar o conhecimento das suas tradições passa pela



Foto n.º 8 - Pedra Formosa

¹⁰ Cf. Acta da reunião de 15 de Novembro de 1897, *Terceiro Livro de Actas*, fl. 57 vº.

¹¹ Cf. Acta da reunião de 7 de Maio de 1898, *Idem*, fl. 61.

¹² Cf. *Idem*, fl. 49vº.

¹³ Cf. *Idem*, fl. 71 vº. - 72.

criação de um museu com as peças que já se possuíam e com outras que se poderiam vir a obter através de outras doações.¹⁴

Sabemos que os trabalhos para a criação deste museu começaram, mas pouco ou nada quanto à sua continuidade e conclusão.¹⁵ Este Museu, ou núcleo expositivo, deverá ter sido desmantelado por meados dos anos 20. As peças foram posteriormente incorporadas no *Museu de Etnografia*, criando-se uma secção de Etnografia Africana¹⁶.

O Museu Industrial foi contemporâneo a este. Foi um raro exemplo de participação da sociedade civil na fundação de um espaço deste tipo. A Direcção resolveu convidar os industriais da cidade e do concelho, a fim de os auscultar sobre a eventualidade da criação do museu. Essa reunião teve lugar no dia 7 de Janeiro de 1900, onde se decidiu a sua criação e inauguração no dia 9 de Março seguinte¹⁷. Foi redigido um regulamento que se publicou na *Revista de Guimarães*¹⁸. Tinha como objectivo expôr os produtos industriais do concelho, estava aberto a todos os industriais e artífices residentes na localidade de Guimarães, sendo a exibição dos produtos da responsabilidade do próprio expositor, mas de acordo com normas impostas. Junto ao objecto exposto deveria constar o nome do fabricante, o local de fabrico dos produtos, e respectivos preços, além de outras informações que se considerassem convenientes. Estas características demonstram que o objectivo não era tanto museológico, mas mais de feira ou de mostra de índole comercial.

Este Museu terá estado em funcionamento durante vários anos, embora escasseiem as referências, acabando por desaparecer durante a década de 1910¹⁹.

Um dos museus criados no contexto da Sociedade e que revestiu a maior importância foi o de Etnografia, cuja fundação e desenvolvimento estiveram sempre muito ligados ao Museu de Arte. A primeira referência a esta instituição de carácter museológico surge pela voz de Mário Cardozo, numa reunião datada de 16 de Junho de 1932, em que este propõe a criação de um único museu que englobasse as duas secções a instalar na casa em que viveu Sarmiento, para assim se poder dar execução à parte do seu testamento que mandava estabelecer nesse prédio um Instituto organizado pela Sociedade. Nessa

¹⁴ Cf. *Idem*, fl. 72.

¹⁵ Só na acta da tomada de posse da direcção, em 1 de Abril de 1902, é indicada a nomeação de José Pinheiro como director dos museus Colonial e Industrial (Cf. *Idem*, fl. 93 vº). Afigura-se que estes museus estariam ainda numa fase embrionária, já que as referências na imprensa são nulas. Na reunião de 17 de Outubro de 1919 dá-se conta de uma importante oferta de Ismael Alves da Costa, secretário do governo de Inhambane (Moçambique), através da qual foi possível criar o Museu Colonial (cf. *Quinto Livro de Actas*, fl. 24). Cerca de mês e meio mais tarde, a 30 de Novembro, a Direcção decide escrever à Sociedade de Geografia de Lisboa a pedir apoio para o incremento deste Museu (cf. *Quinto Livro de Actas*, fls. 24 vº - 25). A partir daqui, as informações desaparecem, salvo na distribuição dos cargos pela Direcção, em que vulgarmente aparece a figura do director do Museu Colonial. A partir de 1924 é apenas um director que fica encarregue de todos os museus, não se fazendo a enunciação dos existentes.

¹⁶ Cf. CARDOZO, Mário, *Catálogo do Museu Martins Sarmiento - Secção de Epigrafia Latina e Escultura Antiga*, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 3ª ed., 1935, p. XIV.

¹⁷ Cf. *Terceiro Livro de Actas*, fl. 81.

¹⁸ Cf. PEREIRA, João Gualdino, *Boletim*, "Revista de Guimarães", Vol. XVII, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1900, pp. 45 - 46.

¹⁹ Chegou-se à conclusão deste termo devido à falta de referências, quer na imprensa local, quer nos *Livros de Actas*, o que levou a crer que terá sido encerrado durante esta década, embora não tenha sido possível precisar com rigor a data do termo.

reunião, o Presidente da Sociedade formulou o regulamento e projectou a exposição, marcando a inauguração para o dia 9 de Março seguinte, a qual nunca se concretizaria, uma vez que a casa foi cedida à Câmara para nela instalar os seus serviços²⁰.

São várias, ao longo dos tempos, as referências a doações nestas áreas, sobretudo no que concerne à Etnografia²¹. O crescimento desta secção está igualmente patente nas Actas, onde por vezes se faz referência à necessidade de adquirir novas vitrines.

A secção de Arte esteve, provisoriamente durante o final dos anos 1940 e início dos 1950, instalada no Salão Nobre²². Embora seja uma sala de boas dimensões, esta nunca poderia ser uma solução definitiva, pois a Sociedade não se podia ver privada desse salão. A solução encontrada foi recorrer às salas devolutas do rés-do-chão, que se destinavam a exposições temporárias, que se mantiveram adaptadas a Museu de Arte e de Etnografia até 1991.

A criação do Museu de Arte Sacra demonstra bem as preocupações pela salvaguarda do património e o interesse pelas questões locais, por que sempre pautaram as sucessivas direcções da Instituição. A 4 de Janeiro de 1913 são entregues, a título de depósito, na sede da Sociedade Martins Sarmento, alfaias e objectos de arte pertencentes à extinta Colegiada²³. Em 16 de Junho de 1920, a Direcção da Sociedade reúne com a presença da Comissão Concelhia de Guimarães Administrativa dos Bens do Estado, representada por António Lopes de Carvalho e Alfredo Dias Ferreira. O primeiro refere que “já tinha apresentado, na sessão da Câmara d’hontem, uma proposta que foi aprovada, para que se imprimisse um guia ilustrado do thesouro da Colegiada; que custando uma pequena quantia aos visitantes, podia constituir uma fonte de receita para a Sociedade compensar os seus empregados pelos serviços prestados nas visitas do thesouro”²⁴. A falta de espaço com que a Sociedade se debatia não permitia a exposição de mais peças; além de que os bens da Colegiada nunca tinham sido alvo de qualquer tratamento museográfico. Na festa de 9 de Março de 1921, o Presidente da Sociedade, no seu discurso, refere que essas peças ainda se encontram na Casa Forte da Igreja da Oliveira por falta de espaço na sede da Sociedade, mas adianta que existe já um projecto para a criação de um Museu de Arte Sacra.

A 20 de Março de 1924, a Sociedade toma conhecimento da ideia de leiloar todo o recheio da Igreja do Convento de Santa Clara. Pede, assim, que lhe seja cedido o

²⁰ Cf. *Sexto Livro de Actas*, fl. 64.

²¹ Todas as peças que constituiriam este Museu encontravam-se na sede da Sociedade. Em 1936, Mário Cardozo publica um artigo que se assemelha a um catálogo das secções de Arte e de Etnografia do Museu, referindo que as peças, pela falta de espaço, continuavam “apertadas num recanto acanhado da galeria ocupada pelas secções de Pré e Proto-história. (...) Outra parte destes objectos conserva-se ainda dispersa por várias dependências do nosso edifício social”. Ainda, segundo esse artigo, estas secções estavam divididas em várias sub-secções: a de Arte englobava as de Escultura; Desenho, Pintura e Gravura; Mobiliário; Faiança; Mosaico e Azulejo; Arte Religiosa; Diversos. A Secção de Etnografia era composta pelas sub-secções de Armas e Artigos Militares; Pesos e Medidas; Insígnias Camarárias; Instrumentos Rústicos de Trabalho; Lavoros Femininos; Artigos Religiosos e Culturais; Mobiliário e Artigos de Escritório; Instrumentos Musicais; Objectos Gentílicos (o Antigo Museu Colonial); Diversos”.

²² Em 8 de Abril de 1948, o Presidente e o Vice-Presidente da Sociedade deslocaram-se a Lisboa para se encontrar com o Presidente do Conselho de Ministros. No relato que fazem da reunião, na Acta da sessão de 15 de Abril (Cf. *Sétimo Livro de Actas*, p. 218), existem referências relativas à instalação deste Museu.

²³ Cf. *Quarto Livro de Actas*, fl. 78v^o. a 80v^o. Encontram-se nestas páginas a relação dos objectos entregues.

²⁴ Cf. *Idem*, fl. 33.

espaço com todo o seu recheio²⁵. Este pedido é parcialmente satisfeito; a Igreja e várias alfaias religiosas são entregues à Sociedade, mas não a título definitivo. A Sociedade acaba por aí instalar o Museu de Arte Sacra. Este processo, porém, não terminou, já que, por engano, são vendidos em leilão peças que se destinavam àquela Instituição, o que levou a que tanto esta como a já referida Comissão encetassem esforços para as reaver²⁶.

Este Museu teve o seu epílogo com a criação do Museu Alberto Sampaio, que abriu ao público em 1933, e que incorporou, a título definitivo, todo o espólio que o compunha.

O único Museu que permaneceu ao longo destes 118 anos foi o de Arqueologia e Numismática. Embora o discurso expositivo tenha sofrido alterações ao longo dos tempos, pode-se afirmar que estas não foram significativas, nomeadamente no que diz respeito à secção de Arqueologia.

Em finais de 1937, a Casa tinha sido alvo de obras, o que permitiu uma reorganização; mais tarde, em 1939, a compra de novas vitrinas ajudou a essa pequena mudança no Museu²⁷.

Novas obras foram levadas a cabo em 1977. Francisco José Salgado Guimarães (director responsável pelos museus), num artigo publicado na *revista de Guimarães* em 1978, faz uma descrição do estado do Museu: a galeria apresentava um aspecto confrangedor e, em alguns locais, de quase ruína; as paredes encontravam-se degradadas, pouco protegendo das variações climatéricas. Concluídas as obras, procurou remodelar a própria exposição. Sem verba para a compra de novos expositores, foi feito um arranjo de carpintaria aos existentes, que se encontravam fragilizados pela acção de insectos xilófagos. Os armários envidraçados, que se encontravam (e encontram ainda) adossados à parede foram tratados e melhorados, recebendo novas prateleiras de vidro reguláveis e modificadas as portas para permitir uma melhor visão das peças expostas. Termina dizendo: “Sem cairmos em exageros, retiramos diversos materiais repetidos e em demasia que lá se encontrava, o qual recolheu ao depósito. As vitrinas ganharam, assim, em clareza, tendo agora os visitantes uma visão mais explícita dos objectos expostos”²⁸. De facto, não houve exageros na retirada de peças, pois as que subsistem são ainda muitas, o que em nada facilita a leitura da exposição. A parte de escultura antiga, composta unicamente por objectos líticos de grande volume, não foi alterada; manteve-se na parte inferior do claustro.

Em suma, a longa existência histórica deste Museu, as vicissitudes porque passou, a criação e a extinção de diferentes espaços museológicos que abrigou entre as suas paredes, tornaram-no um representante significativo da evolução museológica portuguesa. Expôs colecções de arqueologia quando o contexto era favorável a esta disciplina; manteve um museu colonial e outro industrial quando o contexto político,

²⁵ Cf. *Idem*, fl. 69.

²⁶ Cf. *Idem*, fl. 81.

²⁷ Cf. *Sétimo Livro de Actas*, reunião de 31 de Dezembro de 1937, p. 48; reunião de 25 de Fevereiro de 1939, p. 65.

²⁸ Cf. GUIMARÃES, Francisco José Salgado, *O Museu de Arqueologia Martins Sarmiento*, “Revista de Guimarães”, Vol. LXVIII, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1978, pp. 401 - 403.

económico-social e cultural apelava a este tipo de instituições; manteve um museu de etnografia durante o Estado Novo, quando o politicamente correcto era o conhecimento e valorização das tradições culturais do povo português.

Trata-se de um verdadeiro “museu sobrevivente”, que soube adaptar-se às conjunturas externas e, simultaneamente, é revelador, apesar da sua aparente imobilidade, de uma grande capacidade de adaptação e mudança, uma vez que o seu espólio, dada a grande riqueza quantitativa, é, no fundo, o motor da sua capacidade de transformação e de adaptação ao mundo exterior, capacidade essa que o Museu Martins Sarmento contém, pois, em si próprio.

Este Museu merece, pois, um tratamento cuidado que o renove e o torne num Museu “actual”, apelativo, cuja mensagem consiga mobilizar o maior número possível de pessoas.

O FUTURO DO MUSEU

O actual espaço museológico encontra-se debilitado, como ficou desenvolvido anteriormente, pela falta de condições ambientais, pelo arcaísmo da exposição, pela exiguidade das galerias, com o consequente reflexo na conservação das peças, bem como na leitura que delas se possa fazer.

Se as condições ambientais de luz, temperatura e humidade relativa são possíveis de controlar atendendo às necessidades de cada peça, já os problemas referentes à insuficiência de espaço não têm solução possível. Torna-se, portanto, necessário ponderar alternativas.

Ao analisar-se o espaço existente na sede da Sociedade Martins Sarmento, encontra-se como único disponível a sala de exposições temporárias (ver fot. 9 e 10) – uma área de grandes dimensões (cerca de 500m²), com luz natural protegida por filtros instalados recentemente, com acesso pelo interior da instituição e facilmente adaptável ao acesso a pessoas com dificuldades motoras. Mas, ao optar-se por esta alternativa, um outro problema se levantaria: a falta de espaço para actividades temporárias.

Isto levou a que fosse estudado o espaço exterior do edifício. Existe, junto ao claustro, uma área ajardinada onde se colocaram algumas lápides proto-históricas e outras peças líticas de variada proveniência e de tempos mais próximos (ver fot. 11 e 12). Seria possível criar aí um piso subterrâneo (para não colidir com a estética do edifício ou do claustro medieval), com uma boa área de exposição (cerca de 410m²), que permitiria uma apresentação totalmente nova dos objectos, onde o espaço pudesse



Foto n.º 9 e 10 - Salas de exposições temporárias



Foto n.º 11 e 12 - Detalhe do Piso Inferior do Claustro

ser concebido de forma a que as barreiras arquitectónicas interiores sejam reduzidas ao mínimo (paredes, divisórias, etc.). O espaço seria dividido através do recurso a paredes facilmente removíveis, como uma alternativa que permitiria futuras alterações à exposição sem obras demoradas e dispendiosas. Estas paredes induziriam o visitante a um percurso, criariam compartimentos temáticos, sem inibir a eventuais retrocessos, se for essa vontade de quem visita.

A montagem da exposição deve prever que esta seja visitada por diferentes pessoas, quer a nível de conhecimentos de base, quer a nível físico. No que respeita às primeiras, o ideal seria poder dar-se uma panorâmica geral do tema visado, transmitindo-se conhecimentos razoáveis a um visitante que não dominasse a matéria ou mesmo aquele mais conhecedor. As diferenças a nível físico prendem-se sobretudo com aspectos ligados a incapacidades. Cada vez se debatem mais estes problemas, sobretudo no que concerne a visitas de invisuais ou como criar condições para que pessoas em cadeiras de rodas se possam movimentar à vontade neste tipo de espaços. Se o pensamento dominante durante a fase de preparação não for o de procurar tornar o museu num local aprazível, ao alcance físico e intelectual de todos, a visita ao museu tornar-se-á numa experiência incómoda, monótona, que não desperta o desejo de a repetir.

O que se pretende com o novo espaço museológico a criar na Sociedade Martins Sarmiento é que seja atractivo, que sirva como entretenimento, que desperte a curiosidade e que sugira perguntas, promovendo dessa forma a aprendizagem. Pretende-se um museu participante e participativo, em que sejam lançados desafios a quem o visite. A ciência e a tecnologia são as ferramentas ideais para se atingir esse objectivo. Através do recurso a materiais de multimédia, podem-se criar jogos, construir cidades e analisá-las tridimensionalmente, possibilitar informação detalhada de cada peça ou de cada conjunto de peças através do acesso ao inventário, indicar bibliografia subordinada a um tema específico, recomendar outros museus com colecções semelhantes, aceder via internet a outros museus e a páginas que abordem os temas tratados na exposição. O recurso a materiais de suporte multimédia traz consigo a vantagem de atrair e cativar um público muito amplo e diversificado, até mesmo pessoas que não tenham hábitos

de frequência de museus nem de outras instituições culturais, mas que se encontre familiarizado com a linguagem informática, ainda que só ao nível do utilizador e sem conhecimentos profundos. Desta forma pode-se criar uma impressão forte e duradoura, consolidada pela existência de materiais interactivos que permitirão ao visitante continuar a desvendar a época e a vida castreja de uma forma autónoma e pessoal. Estes materiais nunca poderão ser vistos como a principal atracção do museu, que recorrerá sempre aos objectos, que são insubstituíveis enquanto testemunhos da vida material do passado.

Quer-se um espaço dinâmico, em que o visitante seja atraído pelo espírito de uma época, que acorde nele o prazer de aprender, incutindo-lhe o gosto de ir o mais longe possível nas descobertas propostas e despertar a vontade de prolongar a visita. É importante que se atinja esta comunicação, pois, citando Dan Bernfeld, quando se refere ao cerne da questão dos museus nos nossos dias, “il sera participé ou il disparaîtra”²⁹.

Ao trazer-se o Museu de Arqueologia Martins Sarmento para o século XXI, levanta-se uma questão pertinente: o que fazer do actual espaço, um dos últimos exemplos do museu oitocentista? As mudanças que urgem forçam à mudança do espaço do Museu, mas o ideal seria também manter o espaço original. A solução para se conseguir atingir este objectivo passa pela transformação do actual espaço museológico em reserva visitável, com uma disposição idêntica à actual. Para isso seria necessário criar condições estáveis de luz, humidade relativa e temperatura, embora as actuais vitrines devessem ser mantidas. Este espaço não só conservaria as memórias do Museu e da Sociedade, como constituiria um testemunho vivo da museologia praticada no passado. Este museu foi criado seguindo uma política comum à época, em que se utilizavam edifícios antigos e simbólicos para aí instalar espaços para expor colecções, tendência que se manteve até à primeira metade do século XX³⁰. Esta era uma forma de preservar e reanimar espaços, que muitas vezes estariam destinados ao abandono e à ruína. O Museu Martins Sarmento foi concebido no espaço do claustro de um mosteiro que se encontrava abandonado havia várias décadas. Inseria-se dentro desta política, que se praticava um pouco em toda a Europa. Em termos expositivos, seguia também as teorias vigentes na época, que se pautavam pelo enciclopedismo (diversidade nas colecções), pelo elevado número de peças expostas e pela ideia de tesouro, em que os objectos eram fechados em expositores, acessíveis apenas ao olhar e com alguma distância.

Este tipo de museu, existente outrora e praticamente desaparecido hoje, seria mantido para a posteridade e guardaria, assim, o espírito de uma época.

O MUSEU FORA DO MUSEU

A comunicabilidade de um museu também deve ser analisada pela forma como este procura o seu público. A sua actuação fora das suas paredes determina, de algum modo, o seu dinamismo e a vontade de alcançar um largo espectro de visitantes. Nos nossos dias são várias as formas acessíveis aos profissionais dos museus, que as possibilitam e que não devem ser ignoradas, mas antes aproveitadas, de forma a fazer a instituição entrar no quotidiano da população.

²⁹ Cf. BERNFELD, Dan, *Le musée “participé”*, in “Museum International”, n.º. 179, Paris, UNESCO, 1993., p. 52.

³⁰ Cf. FERNÁNDEZ, Luis Alonso, *Museología y Museografía*, Ediciones del Serbal, Barcelona, 1999, p. 272.

O museu e o ensino escolar

Se se pretende ver o museu como um local especialmente dedicado à educação, o trabalho em parceria com as escolas reveste-se da maior importância. Devem ser instituídas parcerias de projecto e parcerias de realização³¹. Nas primeiras, os responsáveis do museu e da escola deverão encetar esforços para fixar ideias que englobem as duas instituições: a escola propondo temas que vão de encontro às colecções do museu, e este procurando criar alternativas ao ensino tradicional, recorrendo, para tal, aos materiais de que dispõe. Quanto às parcerias de realização, os mesmos responsáveis levarão a efeito os projectos no terreno.

Este diálogo entre instituições só poderá trazer benefícios, já que esta é a melhor forma de coadunar o trabalho do museu com as necessidades escolares. Não se podendo esquecer que o museu e a escola têm competências diferentes, as suas acções podem-se complementar com o objectivo de promover uma melhor formação aos alunos. As interrogações do museu sobre as acções educativas são, certamente, diferentes das da escola, mas não lhe são estranhas, pois a finalidade anunciada é de participar no desenvolvimento da pessoa, na sua inserção profissional e social. Mas se as finalidades da escola e do museu são as mesmas, os desafios da acção diferem. A definição de uma pedagogia de projecto favorece o desenvolvimento das iniciativas, a executar nas parcerias de realização.

Assim, a preparação da visita deverá começar antes da chegada dos alunos ao Museu. Antes disso será feita uma visita dos professores às instalações, de modo a tentar ligar da melhor forma possível a colecção às expectativas criadas nos alunos através das aulas leccionadas. O ideal seria que fossem os próprios professores a conduzi-la.

Seria fornecido material de apoio para a preparação da visita na sala de aula, o que tornaria a passagem pelo Museu numa experiência mais enriquecedora. Tentar-se-ia, desta forma, apelar à curiosidade intelectual dos jovens e à participação individual durante o percurso do museu. Ocasionalmente, poderia ser efectuada uma visita animada, com personagens vivos que contassem a história do povo representado no Museu.

Mas só a escola é que deve ir ao museu? E porque não ir o museu à escola?

No novo museu, uma das actividades a desenvolver será a criação de uma maleta que incorporará pequenas peças relativas à cultura castreja (originais nos casos em que o material permita algum manuseamento, réplicas quando implicar maiores cuidados), bem como mapas, esquemas, fotografias de casas e peças de maior vulto³².

Desta forma, poderia ser dada, na escola, uma aula mais atractiva, mais prática e menos abstracta, que não só não substituiria a visita ao Museu, antes a impulsionaria,

³¹ Estas parcerias são defendidas por BUFFET, Françoise, *O Museu e a Escola: parceiros de projectos educativos para uma problemática da co-educação cultural*, in "O Museu, a Escola e a Comunidade – Cadernos Encontro", nº. 2, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, 1999, pp. 7 – 26.

³² Experiências destas têm sido levadas a cabo um pouco por todo o mundo há já vários anos. Há relatos bastante interessantes dos resultados obtidos. Cite-se, a título de exemplo, a obra de CUTHBERTSON, Shirley, *The travelling museum: an experiment with exhibit kits in the classroom: 1973-1975*, The British Columbia Provincial Museum, Victoria, 1977, onde se descrevem actividades desenvolvidas na Austrália e o seu sucesso junto do público escolar.

suscitando a curiosidade dos alunos. Para além disso, a observação directa de um objecto museológico permite ao aluno o contacto directo com o passado.

O museu nas nossas casas

É incontestável, nos nossos dias, que a informática abriu novas possibilidades de comunicação entre instituições, profissionais e simples utilizadores. O uso frequente da Internet é já uma realidade numa camada bastante expressiva da população, que a procura em busca de informação e de divertimento. Recorre-se à página de um museu para preparar uma visita ou em busca de material de apoio para alguma pesquisa que se esteja a levar a cabo (neste caso englobam-se, principalmente, alunos, professores e investigadores)³³.

O Museu de Arqueologia Martins Sarmiento disporá de uma página na Internet que se procurará actualizar periodicamente, onde se encontrarão informações relativas ao museu e aos seus serviços, as formas de contactar a Instituição, informações sobre peças, uma visita guiada pelas instalações e acesso às publicações que se encontrassem disponíveis para aquisição. Esta página poderia estar ligada a uma outra, a da Sociedade, onde se encontrariam informações relativas à instituição onde se insere o Museu (breve historial, actividades desenvolvidas, publicações, acesso aos catálogos *on-line* da biblioteca e do arquivo, etc.).

AS VALÊNCIAS DO NOVO MUSEU

Um museu deve usufruir de espaços e actividades complementares, que são postas ao serviço do visitante. Algumas delas existem já no actual museu ou são asseguradas pela Sociedade, mas impõe-se a necessidade de as melhorar.

A **biblioteca** da Sociedade Martins Sarmiento está considerada como uma das melhores bibliotecas pertencentes a instituições privadas do país. Conta, entre os seus cerca de 100.000 volumes, com uma primeira edição d' *Os Lusíadas*, com uma colecção quase completa dos periódicos locais desde o último quartel do século XIX, bem como com alguns exemplares de raras obras seiscentistas. O seu acervo, no que toca a livros sobre Arqueologia, é vasto, estando disponível para consulta, não só a sócios, mas também ao público em geral que lá se dirija. O novo museu poderá dar conhecimento ao visitante da sua existência e promover a consulta junto de um público mais interessado.

O **arquivo** da Sociedade é bastante rico, em termos documentais. Nele estão depositados arquivos pessoais de algumas figuras de prestígio da história de Guimarães, como João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde) e do próprio Francisco

³³ Luis Alfredo Baratas Díaz e Angeles del Egido classificam a informação veiculada pelas páginas dos museus em três categorias. Na primeira, a informação limita-se à morada do museu, os seus horários, tarifas, meios de acesso, etc., destinando-se ao grande público. A segunda é já mais elaborada, e caracteriza-se pela existência de ferramentas pedagógicas; não se limita a mostrar as colecções, assumindo que tem por missão a difusão do conhecimento. É normalmente explorado por professores do ensino secundário como instrumento pedagógico e lúdico e ainda para preparar visitas de estudo. A terceira categoria mostra o espólio da instituição através duma informação destinada aos especialistas do tema ou de museologia, já que a documentação relativa aos objectos é habitualmente fruto das pesquisas do pessoal desse museu (cf. DÍAZ, Luis Alfredo Baratas e EGIDO, Angeles del, *Les musées des sciences sur l'Internet*, in "Museum International", n.º. 204, Paris, UNESCO, 1999, pp. 37 e s.).

Martins Sarmento. Deste último, conservam-se a correspondência que trocava com outros estudiosos da História, Arqueologia, Epigrafia, Etnografia, bem como os seus manuscritos das experiências de fotografia³⁴, as recolhas de textos e tradições populares, bem como as anotações e o diário das escavações da Citânia de Briteiros. A consulta desta documentação não está aberta ao público em geral, mas condicionada a investigadores, dada a fragilidade dos suportes.

Em Janeiro de 2002, a Sociedade Martins Sarmento e a Universidade do Minho assinaram um protocolo que instituiu em Guimarães, na casa onde viveu Francisco Martins Sarmento, um **Centro de Estudos de Património e História Local**, onde se trabalhará directamente com a investigação histórica sobre a cidade. É de grande importância o passo que as duas instituições deram, pois desta forma se poderá unir todo o acervo científico depositado na Sociedade com o profissionalismo dos corpos universitários. É um facto que a História Local desta cidade tem sido um importante campo de trabalho para investigadores ligados à Universidade do Minho, entendendo-se que dessa forma seria mais fácil desenvolver actividades de índole cultural, apoiar estudos subordinados a temas locais, organizar um fundo iconográfico e documental de Património e História local, devidamente tratado, que estaria disponível a todos. Através deste Centro, promover-se-á também a ligação da Universidade do Minho com a cidade e a comunidade em geral.

A existência de um **laboratório de restauro**, que faria pequenas intervenções ao nível da limpeza e da conservação, revestir-se-ia de grande utilidade. Este gabinete implicaria, certamente, a presença constante de um técnico habilitado para estas pequenas operações. Intervenções sobre as peças que necessitassem de maiores cuidados deveriam ser enviadas para laboratórios especializados.

A **actividade científica** da Instituição é bastante diversificada. Organiza congressos, palestras, seminários, dos quais edita actas num espaço de tempo raro no nosso país. Promove, assim, a troca de ideias, o debate de temas ligados à Arqueologia e à História local, trazendo benefícios científicos inquestionáveis. Promove, desde 1886, a publicação da *Revista de Guimarães*, actualmente considerada uma publicação científica de elevado rigor. Através de permutas entre a *Revista* e outras publicações periódicas, a Sociedade

³⁴ Martins Sarmento foi um pioneiro na utilização da fotografia como apoio à actividade científica que desenvolvia. O interesse por esta técnica é anterior às escavações arqueológicas por ele efectuadas, daí que, quando as começou, já dominava plenamente a fotografia e os seus segredos. Não raras vezes, fotografou peças escavadas para comparar com gravuras que eram publicadas em obras na época. Utilizou também este processo para esclarecer dúvidas que o seu trabalho lhe suscitava, enviando-as a outros investigadores. Chegou a criar um álbum com o intuito de divulgar a Citânia de Briteiros, através do qual conseguiu que alguns estudiosos de renome nacional visitassem a Citânia, em Junho de 1877, acontecimento que foi considerado, por alguns peritos, a primeira Conferência de Arqueologia realizada em Portugal. Esse álbum foi publicado pela Sociedade Martins Sarmento em 1992. A este respeito veja-se ABREU, Maria Helena M. Ribeiro de, *O aparecimento da fotografia e os inícios da sua utilização na investigação histórica: a obra de Francisco Martins Sarmento*, trabalho de investigação realizado no âmbito do Seminário "Museus: educação e ensino" do Mestrado em Museologia e Património Cultural, Policopiado, Coimbra, 1999; Sarmento, Francisco Martins, *Citânia - álbum de fotografias*, 2 vols, *Fac-simile* da primeira edição, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1992; LEMOS, Francisco Sande, *Martins Sarmento e a Arqueologia portuguesa dos anos setenta e oitenta do século XIX*, "Revista de Guimarães", vol. CV, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1995, pp. 117 - 126; NOBRE, Eduardo, *A fotografia como património e testemunho*, "Jornal do Auto-clube Médico", IV série, n.º 4, Lisboa, Dezembro 1989; SENA, António, *História da imagem fotográfica em Portugal: 1839 - 1997*, Porto Editora, Porto, 1998.

consegue enriquecer de uma forma pouco dispendiosa a sua biblioteca. Paralelamente, publica estudos ligados à Arqueologia e à História Local.

A **loja** deveria melhorar a diversidade dos artigos à venda, apostando sempre na qualidade e na preocupação de chegar a todo o público. Para um público mais jovem, o investimento deveria centrar-se em material escolar (cadernos, blocos de apontamentos, lápis, esferográficas, etc.), em jogos (de suporte informático ou tradicionais, como montar uma casa castreja, por exemplo). Poderia ainda vender outros artigos como livros de endereços, agendas, marcadores de livros, porta-chaves, canecas, tapetes de rato de computadores, lenços de seda e gravatas, tudo com imagens de peças do museu. Um investimento mais dispendioso seria a réplica de jóias, em prata dourada, mas que se revestiria de algum interesse. Juntamente com todo este material, poderiam ser postos à venda pequenos e médios bordados de Guimarães (saquinhos de cheiro, panos de tabuleiro, toalhas decorativas). Na loja, colocar-se-iam à venda publicações, não só editadas pela Sociedade, mas todas as que revistam interesse para a Arqueologia e para a História local, tanto de carácter científico, como didáctico, ou lúdico destinadas a um público mais jovem, para despertar o interesse pelas matérias.

Quanto à **cafeteria**, neste momento não existe e não entrará no projecto do novo museu. Dada a sua localização, em pleno coração da cidade, consideramos desnecessária a sua implantação, já que num raio de 200m são vários os estabelecimentos comerciais da área. Se alargarmos esse raio para os 500m, passamos a incluir restaurantes de várias categorias, o que prova não ser necessário proceder a tal investimento, pelo menos a curto prazo. Pondera-se, no entanto, a instalação de uma máquina automática de bebidas quentes, que sirva o visitante do museu e o utilizador da biblioteca.

Os **espaços destinados a actividades** limitam-se apenas ao Salão Nobre da Instituição. É nesta sala que se fazem conferências, lançamento de livros, sessões solenes e outras actividades. A Sociedade frequentemente cede o espaço para outras actividades de âmbito cultural organizadas por pessoas ou colectividades exteriores à casa. Dado que o novo museu se irá implantar num piso subterrâneo, a actual área ajardinada que ficará então sobre o museu poderá ser adaptada para actividades ao ar livre, como concertos de música clássica, actividade que não é vista normalmente isolada, mas como complemento de uma sessão solene.

Com o desenvolvimento destas valências, o Museu e a Sociedade ficarão aptos a enfrentar os desafios futuros que se lhes apresentem. O público será recebido condignamente e poderá usufruir de um conjunto de serviços reunidos num só espaço. O novo Museu afirmar-se-á como uma Casa da Cultura, ao serviço não só da Proto-história e da história local, mas também de todos os investigadores, membros da comunidade e público que procure as actividades que a Instituição tem para lhes oferecer.

O Museu de Arqueologia Martins Sarmiento tem o mais importante para ser uma referência ao nível de museus com colecções da época Proto-histórica: peças com valor histórico, testemunhos inequívocos de um passado, aliadas a um suporte científico prestado por investigadores conceituados da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, das Faculdades de Letras das Universidades do Porto e Coimbra, bem como apoios mais esporádicos de professores das Universidades de Lisboa e de Santiago

de Compostela. São frequentes os contactos com professores espanhóis, franceses e alemães, com museus europeus de arqueologia e outras instituições congéneres nacionais e internacionais. Falta-lhe, no entanto, um espaço amplo, com modernas condições de exposição.

O que se pretende demonstrar nesta comunicação é que o novo Museu não necessitará de um trabalho completo de raiz. Ele já existe, tem colecção própria e é apoiado por uma Instituição centenária com provas dadas no campo da cultura, gerida por uma direcção composta por pessoas de formação diversa, o que permite cobrir as várias necessidades. Falta-lhe o espaço para expor as peças de uma forma ordenada e apelativa, de maneira a transformá-lo num museu moderno e preparado para acompanhar as necessidades dos nossos dias.

Como ficou visto no início, este Museu sempre soube, de acordo com os recursos disponíveis, manter-se actual, seguindo as políticas de cada época, nomeadamente nos temas a expor ou na forma como se montavam as exposições. Neste projecto propomos um retorno ao princípio: a um museu de Arqueologia. Com este novo projecto será possível dar um salto no tempo de perto de 120 anos, trazendo um bom museu do século XIX para o século XXI e, quiçá, transformá-lo num exemplo a seguir por outros organismos semelhantes.